

## Emprego e Jornada de Trabalho: Algumas Dimensões do Problema



desenvolvimento tecnológico, concretizando os sonhos mais ousados de bem-estar material, tem ameaçado, ao mesmo tempo, o ideal de pleno emprego dos recursos humanos. O desemprego é uma realidade para milhões de pessoas, tanto nos países ricos quanto nos países pobres.

A redução do conteúdo de trabalho por unidade de produto, que resulta das mudanças tecnológicas, tem reduzido o nível de emprego porque o crescimento do produto tem sido inferior aos ganhos de produtividade: taxas elevadas de crescimento econômico poderiam conciliar aumentos de produtividade com aumento de emprego.

Como as políticas macroeconômicas não têm sido capazes de produzir esses resultados, a redução legal das jornadas de trabalho tem sido sugerida como alternativa para minorar o desemprego.

No Brasil de hoje, que vive o desafio tardio da competição internacional, qualquer medida de política econômica, incluindo aquelas destinadas a elevar o nível de emprego, deve passar, primeiro, pelo teste do custo: se o resultado for a perda de competitividade do produto nacional, a redução da produção e do emprego serão inevitáveis, frustrando o objetivo pretendido.

A redução da jornada de trabalho, sem ajuste correspondente nos salários mensais teria, por exemplo, efeito contrário ao pretendido. Admitindo que os salários mensais mais encargos reflitam o valor da produtividade da hora trabalhada, a redução da jornada sem igual redução nesse custo mensal resultaria no encarecimento da hora de trabalho, reduziria a competitividade do produto nacional, levando portanto à queda da produção e do emprego correspondente.

Outra idéia aventada para promover a expansão do emprego é a da flexibilização da jornada de trabalho, que passaria a ser contratada em termos de carga horária anual e não semanal ou diária como hoje. A jornada diária rígida dificulta a organização do trabalho: sazonalidade da produção e mudanças na tendência da demanda transformam a demissão de trabalhadores na única saída das empresas em épocas de expectativas

desfavoráveis para a atividade econômica, assim como não estimulam o emprego de novos trabalhadores em épocas de expectativas favoráveis, mas de duração incerta.

A flexibilização através do banco de horas, com carga anual de trabalho e remuneração mensal pelo número médio de horas contratadas, permitiria conciliar os interesses da produção e do trabalhador, a favor da competitividade e do emprego. No mesmo sentido, a redução do custo do trabalho, através da redução dos encargos e não dos salários, estimularia a demanda e a produção nacional, beneficiando duplamente a contratação de mão-de-obra.

Dada a complexidade das relações na produção, a redução na jornada de trabalho, por força de lei, pode ser ineficaz para a ampliação do emprego e mais um estímulo à informalidade. Em contrapartida, abrir a possibilidade legal para a flexibilização da jornada ser livremente negociada em cada local de trabalho, dentro dos parâmetros que os costumes já consagraram, pode ser a alternativa mais inteligente para estimular o emprego.

É claro que há setores onde as questões acima não se aplicam: é o caso dos serviços pessoais, das atividades culturais e de outros serviços não ligados à produção, onde os ganhos de produtividade do trabalho não ocorrem. Todavia, embora constituam atividades cuja participação no PIB aumenta com o desenvolvimento econômico, elas não conseguirão absorver os trabalhadores dispensados pela indústria, pelo comércio, pelo sistema financeiro, pela administração pública, por segmentos da agricultura, etc...

Há um aspecto mais geral que vale a pena considerar. Não se pode afastar a possibilidade de que, graças ao desenvolvimento tecnológico, o futuro reserve à humanidade uma situação em que, para o seu sustento, não se requeira o trabalho de todos. Um desafio, então, seria o de encontrar mecanismos diferentes dos atuais para distribuir a produção.

Embora complexo, esse problema é solúvel: nos países mais adiantados, por exemplo, levantam-se propostas de renda mínima

\*Assessora Econômica da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pesquisadora da FIPE - Federação Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA-USP.

não para acabar com a miséria, mas para garantir o sustento de todos, abrindo a possibilidade para o homem liberar seu tempo para atividades criativas, não necessariamente ligadas à sua sobrevivência.

Isso coloca um outro desafio, talvez mais difícil de resolver, que é o de como evitar o ócio destrutivo; as drogas, a bebida em excesso e a violência, especialmente entre os jovens desocupados, costumam ser os problemas sociais resultantes do desemprego, mesmo onde os seguros-desemprego são exemplares. Como usar criativamente o tempo numa sociedade em que a dignidade humana está tão associada ao trabalho remunerado, visto tradicionalmente como instrumento de sobrevivência material?

Esse paradigma, cumpre lembrar, não é universal. A Grécia antiga educava o jovem para a descoberta de seus talentos, para a busca de si mesmo. A dança, o esporte, as artes, a música, a poesia eram as disciplinas ministradas ao jovem, educado para o ócio criador. Para o grego arcáico, o homem valorizado era aquele que trabalhava muito poucas horas para o seu sustento, e usava o resto do tempo para o aperfeiçoamento da alma. Para eles o trabalho que não aperfeiçoa a alma, que é apenas instrumento de sobrevivência, não liberta o homem mas o massacra.

No mundo de hoje o bom cidadão é, ao contrário, o homem produtivo, que tem sua

dignidade vinculada a seu papel de trabalhador, e não à sua condição de ser um ser dotado de espírito, cuja evolução era a tarefa primordial para o grego antigo.

A educação moderna é de adestramento para o mundo material, para a utilidade onde "o trabalho dignifica o homem". Ela não o prepara para o ócio criativo, através do qual se empreende a descoberta de si mesmo.

Se o futuro nos reserva um mundo onde nem todos terão trabalho, cumpre desde já desenvolver outros valores, ou recuperar os antigos. Na Grã-Bretanha, durante os 60 anos que antecederam à I Guerra Mundial, quando a jornada de trabalho passou a ser limitada por lei, o governo estimulou a criação de museus como parte de um programa que incentivava as classes operárias a adotarem novas formas de lazer, para que ocupassem o tempo então liberado no que chamavam "recreação racional". Entidades como o SESI e SESC foram, provavelmente, criadas a partir da mesma visão.

As transformações em curso parecem acontecer com muito maior velocidade e profundidade do que no passado, exigindo medidas de curto prazo, como a flexibilização da jornada de trabalho, para aliviar as tensões sociais, e de longo prazo, com mudanças na educação dos jovens, que proponha novos valores para um novo tempo.